

## Floresta

## Reservas legais

Eny Duboc\*

O CÓDIGO florestal entende como Reserva Legal, a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de Preservação Permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas. Para as áreas de Cerrado, não incluídas na Amazônia Legal, devem ser destinadas à Reserva Legal 20% da área da propriedade, onde é permitido o corte raso. Nas propriedades rurais entre 20 e 50 ha podem se somar além da cobertura florestal de qualquer natureza, os matos de porte arbóreo, sejam frutícolas, ornamentais ou industriais.

Na forma da lei é entendida como função ambiental das Áreas de Preservação Permanente – APPs, cobertas ou não por vegetação nativa, a de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de flora e fauna, além de proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas. Sendo que as APPs consistem, entre outras, em uma faixa de preservação estabelecida em razão do relevo, geralmente ao longo de cursos d'água, lagos, lagoas e nascentes, em topos e encostas de morros.

Mesmo que os proprietários rurais cumpram a legislação no que diz respeito à manutenção e/ou recomposição da cobertura vegetal nativa na propriedade, existe um outro aspecto ambiental de grande relevância que é a fragmentação florestal. Estudos indicam como crescentes os indícios de que os frag-

mentos florestais não são auto-sustentáveis e requerem não apenas a proteção contra as perturbações provocadas pelo homem, mas também um manejo ativo para conservar suas populações ameaçadas de extinção.

**Conservação**

De modo geral, os programas de conservação e recuperação, em especial de matas ciliares, nascentes e encostas têm tido um caráter restritivo/impeditivo, não conseguindo o apoio dos produtores rurais, o que conduz à não-sustentabilidade dos projetos em longo prazo. O elevado custo da revegetação de um hectare pode tornar-se, na ausência de subsídios ou da visualização de retorno econômico do capital investido, fator de desestímulo ao cumprimento da legislação e até mesmo impeditivo para pequenos produtores rurais. Entretanto, de outro lado, os programas que distribuem mudas e dão apoio para o plantio, muitas vezes diminuem o compromisso do produtor com o sucesso do plantio, comprometendo a sustentabilidade dos projetos em longo prazo.

Em São Paulo a Resolução SMA nº 47, considera que tendo como objetivo final a recuperação da floresta, admite-se a ocupação das entrelinhas, com espécies para adubação verde e/ou de interesse econômico, por até dois anos, desde que o projeto utilize princípios agroecológicos.

Os sistemas agroflorestais são formas de uso e manejo sustentado dos recursos naturais nos quais espécies lenhosas são cultivadas de forma interativa com cultivos agrícolas e pastagens.

Os sistemas agroflorestais, além de favorecer a recuperação da vegetação, podem propiciar retorno econômico, pelo menos nos primeiros anos de crescimento das espécies arbóreas até que o fechamento das copas, inviabilize o cultivo agrícola pelo excesso de sombreamento. Dessa forma podem amenizar o custo da revegetação e até mesmo trazer benefícios indiretos às espécies arbóreas, em função do manejo dispensado aos cultivos.

Os sistemas agroflorestais podem ser caracterizados por três princípios básicos: o ecológico, o social e o econômico. O princípio ecológico diz respeito ao melhor aproveitamento dos recursos, permitindo maior sustentabilidade ao sistema, que é conferida pela multistratificação de copas e do sistema radicular e pela maior diversidade biológica de espécies com usos e funções múltiplas. Além da eficiência dos sistemas agroflorestais na proteção contra erosão e na recuperação de solos marginais e/ou degradados, na ciclagem de nutrientes e na maior sanidade conferida pela manutenção da diversidade biológica, diminuindo a utilização de agroquímicos. Além da produção de outros serviços ambientais, como sequestro de gás carbônico e conservação da biodiversidade. O princípio social está relacionado à sedentização do homem ao campo, melhor distribuição na utilização da mão-de-obra ao longo do ano e pela produção de maior número de serviços e produtos para consumo humano, contribuindo para a segurança alimentar. O princípio econômico está ligado à maior estabilidade conferida pela diversificação de produtos e dos ingressos financeiros distribuídos no decorrer do ano e maior possibilidade de agregação de valor.

A sustentabilidade conferida por esses três princípios básicos fazem com que os sistemas agroflorestais representem uma alternativa de manejo agroecológico para recuperação de áreas de degradadas de cerrado. ■

\* Engenheira agrônoma, com mestrado em Engenharia Florestal, é pesquisadora da Embrapa-Cerrados.